

Demonstrações financeiras

Norte Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com relatório do auditor independente

Norte Energia S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balço patrimonial	7
Demonstração de resultados	9
Demonstração de resultados abrangentes	10
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
1. Informações gerais	14
2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis.....	16
3. Estimativas e julgamentos contábeis.....	31
4. Caixa e equivalentes de caixa	35
5. Aplicaões financeiras	36
6. Contas a receber de clientes	37
7. Tributos a recuperar.....	38
8. Despesas antecipadas.....	38
9. Instrumento financeiro derivativo	39
10. Imobilizado.....	39
11. Intangível	43
12. Depósitos judiciais e cauções	46
13. Outros créditos.....	47
14. Fornecedores.....	47
15. Outras contas a pagar	48
16. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	49
17. Empréstimos e financiamentos	52
18. Partes relacionadas	56

19. Provisões socioambientais.....	58
20. Patrimônio líquido	60
21. Receita operacional líquida.....	64
22. Custos de energia	65
23. Custos de operação	66
24. Despesas operacionais.....	67
25. Resultado financeiro, líquido.....	67
26. Imposto de renda e contribuição social.....	68
27. Instrumentos financeiros	72
28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	77
29. Cobertura de seguros	80
30. Compromissos	81
31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos.....	83



Edifício Brasil 21
Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6
Conjunto A – Bloco A – 1º andar – Sala 105
70.306-102 – Brasília,, DF, Brasil
Tel: +55 61 2104 0100
Fax: +55 61 2105 0102
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Norte Energia S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa no. 31 às demonstrações financeiras, atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na Nota Explicativa acima referida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa no. 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo significativo em 31 de dezembro de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia



em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anuais

Em 24 de janeiro de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.23, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas. Adicionalmente, as demonstrações financeiras contêm modificações nas Notas Explicativas 2.1, 3.1.3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 19, 20, 26(d), 26(e), 27 e 28, em relação às notas explicativas anteriormente divulgadas. Nossa opinião continua sendo sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do valor de ativos intangíveis e imobilizados

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme notas explicativas 10 e 11, os saldos de ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2018, cujos valores totais montam em R\$ 41.949.477 mil, foram submetidos ao teste de valor recuperável (*impairment*). Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nós executamos procedimentos para avaliar as premissas utilizadas pela Administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar a avaliar e testar as premissas e metodologias utilizados pela Administração na preparação das projeções, bem

como na avaliação se uma variação razoável nas premissas poderia determinar perda no valor recuperável. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e (iii) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável utilizada pela Administração está de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) e IAS 36, incluindo a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas 2.19 e 3.1.3.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida e indefinida preparado pela Administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações de valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida e indefinida preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e contingências passivas

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.11 e 16 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, assim como de seus assessores jurídicos internos e externos, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidas no processo de mensuração das Provisões, na probabilidade de desembolso futuro e na determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas utilizadas pela Companhia com aquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis; (ii) avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas por meio de amostragem dos dados e informações históricas; e (iii) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS*.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões de natureza socioambientais

Conforme divulgado nas Notas Explicativas 2.11, 3.1.4 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrada provisão de natureza socioambiental proveniente da implantação do empreendimento UHE Belo Monte. O reconhecimento, mensuração e divulgação dos projetos de natureza socioambientais são relevantes e

complexos e requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os compromissos são assumidos perante terceiros. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de identificação, mensuração e divulgação das Provisões de natureza socioambientais, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos o entendimento da política de reconhecimento dos projetos de natureza socioambiental e da mensuração dos desembolsos prováveis futuros; (ii) obtivemos a composição dos projetos socioambientais e com o apoio de especialistas avaliamos o respectivo compromisso assumido pela Companhia, por meio de amostragem; (iii) com o apoio de especialistas, avaliamos a adequação da mensuração e suficiência da provisão socioambiental, por meio de amostragem, quanto às premissas utilizadas pela Companhia nos cálculos efetuados e os respectivos registros contábeis; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme àquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS*.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 31 de janeiro de 2018, foi emitido com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e contendo parágrafos de ênfases relacionados aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfases acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório.

Brasília, 29 de agosto de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.993	6.662
Aplicações financeiras	5	6.189	5.119
Contas a receber de clientes	6	570.959	385.934
Tributos a recuperar	7	147.323	241.793
Despesas antecipadas	8	28.657	28.256
Instrumento financeiro derivativo	9	19.911	-
Depósitos judiciais e cauções	12	1.552	1.456
Outros créditos	13	16.281	4.611
Total do ativo circulante		<u>876.865</u>	<u>673.831</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	23.173	51.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	-	202.049
Depósitos judiciais e cauções	12	738.998	628.352
Outros créditos	13	3.834	3.340
Imobilizado	10	41.511.052	38.769.316
Intangível	11	438.425	343.031
Total do ativo não circulante		<u>42.715.482</u>	<u>39.997.285</u>
Total do ativo		<u>43.592.347</u>	<u>40.671.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	491.608	1.191.528
Empréstimos e financiamentos	17	2.389.264	1.707.983
Partes relacionadas	18	13.712	12.921
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	11.189	24.680
Uso do bem público (UBP)	11.3	89.365	83.254
Provisões socioambientais	19	399.452	120.748
Outras contas a pagar	15	244.663	183.717
Total do passivo circulante		3.639.253	3.324.831
Não circulante			
Fornecedores	14	207	-
Empréstimos e financiamentos	17	25.560.954	25.546.587
Uso do bem público (UBP)	11.3	344.666	246.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.d	100.222	-
Provisões socioambientais	19	475.692	-
Total do passivo não circulante		26.481.741	25.793.188
Patrimônio líquido	20		
Capital social integralizado		13.010.058	12.165.858
Reserva legal		23.065	-
Reserva de incentivos fiscais		169.579	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos		67.163	-
Reserva de retenção de lucros		201.488	-
Prejuízos acumulados		-	(612.761)
Total do patrimônio líquido		13.471.353	11.553.097
Total do passivo e do patrimônio líquido		43.592.347	40.671.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	21	4.256.828	2.598.916
Custos dos serviços:			
Serviços de venda de energia	22	(506.625)	(1.426.924)
Custos de operação	23	(1.161.557)	(435.674)
		(1.668.182)	(1.862.598)
Lucro bruto		2.588.646	736.318
Despesas operacionais:			
Administrativas		(98.741)	(37.932)
Depreciação e amortização		(2.685)	(7.936)
	24	(101.426)	(45.868)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.487.220	690.450
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		140.201	98.227
Despesas financeiras		(1.251.094)	(754.831)
	25	(1.110.893)	(656.604)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.376.327	33.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.a	(302.271)	(17.520)
Lucro líquido do exercício		1.074.056	16.326
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	20.2.6	0,0816	0,0014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>1.074.056</u>	16.326
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>1.074.056</u></u>	<u><u>16.326</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Lucro/ (Prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.300.000	(172.335)	11.127.665	(629.087)	-	-	-	-	10.498.578
Subscrição e integralização de capital social	1.158.000	(119.807)	1.038.193	-	-	-	-	-	1.038.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.326	-	-	-	-	16.326
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.458.000	(292.142)	12.165.858	(612.761)	-	-	-	-	11.553.097
Subscrição e integralização de capital social	938.000	(93.800)	844.200	-	-	-	-	-	844.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.074.056	-	-	-	-	1.074.056
Constituição de reserva legal (nota 20.2.1)	-	-	-	(23.065)	23.065	-	-	-	-
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 20.2.3)	-	-	-	(67.163)	-	67.163	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (nota 20.2.2)	-	-	-	(169.579)	-	-	169.579	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 20.2.4)	-	-	-	(201.488)	-	-	-	201.488	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.396.000	(385.942)	13.010.058	-	23.065	67.163	169.579	201.488	13.471.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.376.327	33.846
Ajustes do lucro de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	710.381	425.581
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.664	-
Provisão para perda	145	-
Resultado financeiro	1.165.919	704.412
Instrumento financeiro derivativo	(19.911)	-
Resultado ajustado	<u>3.234.525</u>	<u>1.163.839</u>
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:		
Contas a receber de clientes	(186.689)	(184.904)
Tributos	97.143	(191.867)
Despesas antecipadas	27.623	9.728
Cauções	(136.669)	-
Outros créditos	(12.163)	(480.690)
Fornecedores - materiais e serviços em geral	(608.183)	748.415
Outras contas a pagar	(153.280)	(64.380)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.262.307</u>	<u>1.000.141</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados, fornecedores e provisão socioambiental não liquidados)	(1.414.208)	(1.618.054)
Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	(8.068)	(492)
Aplicações financeiras	6.857	11.227
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.415.419)</u>	<u>(1.607.319)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Captações de empréstimo	100.000	-
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(1.711.757)	(630.149)
Integralização de capital	844.200	1.038.193
Caixa líquido gerado/(aplicado) pelas atividades de financiamento	<u>(767.557)</u>	<u>408.044</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>79.331</u>	<u>(199.134)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.662	205.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	85.993	6.662
Itens com efeito não caixa	2.021.202	1.542.148
Juros capitalizados (imobilizado)	1.156.811	1.542.148
Provisões socioambientais (imobilizado)	955.131	-
Fornecedores não liquidados (imobilizado)	(90.741)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	4.891.941	2.980.398
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(506.625)	(1.426.924)
Material	(2.161)	(2.685)
Serviços de terceiros	(115.397)	(123.528)
Outros insumos	(382.125)	69.571
Retenções:		
Depreciação e amortização	(710.381)	(425.581)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	140.201	98.227
Outros resultados operacionais	707	43.109
Valor adicionado a distribuir	<u>3.316.160</u>	<u>1.212.587</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (com remuneração dos administradores)	49.333	37.749
Impostos, taxas e contribuições:		
Dedução à receita operacional	516.628	315.871
Taxa de fiscalização	14.993	6.890
Utilização de recursos hídricos	103.492	58.721
Crédito fiscal corrente/diferido	302.271	17.520
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	4.293	4.679
Despesa financeira	1.251.094	754.831
Lucros retidos	<u>1.074.056</u>	<u>16.326</u>
Valor adicionado distribuído	<u>3.316.160</u>	<u>1.212.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A Norte Energia S.A. (“Companhia” ou “Norte Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada em conjunto (“*joint venture*”) por meio de Acordo de Acionistas (“Acordo”), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte, quadra 4, bloco B, salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% aos autoprodutores e 20% ao mercado livre (“ACL”).

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) concedeu Licença de Instalação (“LI”), contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d’água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes.

A LI acima mencionada compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as subestações Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação (LO), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. A Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas, no entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à ANEEL o pedido de “Excludente de Responsabilidade”, solicitando que sejam levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento. De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-ia em 28 de fevereiro de 2015.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 21 de setembro de 2015, a Companhia obteve decisão judicial liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizado como “possível” pelos assessores jurídicos, foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia gira em torno R\$1.643.000, composto pela soma de potenciais valores de penalidade por insuficiência de lastro e potência na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e de janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE, pagamento de encargos de uso do sistema de transmissão, recontabilização financeira do Mercado de Curto Prazo e acertos financeiros com compradores de energia referentes ao período de vigência da Liminar. (nota 16).

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das Unidades Geradoras (“UG”) de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, foram colocadas em operação conforme quadro abaixo:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018	8,9,10,11,12	

Há previsão da entrada em operação comercial das demais unidades geradoras de Belo Monte até dezembro de 2019, totalizando 18 UGs. Todas as UGs de Pimental encontram-se concluídas.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gerará um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW, sendo que atualmente, em razão das operações das 12 (doze) primeiras unidades geradoras, o volume gerado é de 7.333,3 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da unidade geradora 08 (UG08) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$2.762.388 e ainda despenderá quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

No acordo de acionistas da Companhia existe uma cláusula que trata da compra e venda de energia elétrica destinada ao Ambiente Livre de Contratação – ACL pela Eletrobrás, a qual foi objeto de questionamento por parte da referida acionista. Considerando que o acordo de acionistas prevê que conflitos sejam resolvidos mediante arbitragem, foi instaurado o procedimento arbitral e, em 17 de outubro de 2018, a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem decidiu favoravelmente à Eletrobras, entendendo que a Eletrobras não está obrigada a firmar contrato de compra e venda de energia citado, pelo prazo da concessão da Companhia. A Administração considera que não haverá modificações no fluxo de caixa futuro da Companhia, uma vez que os valores de referência contidos no Acordo de Acionistas que poderiam ser exercidos pela Eletrobrás não foram utilizados para fins de projeção de fluxo de caixa.

Os dados não financeiros incluídos nesta informação financeira, tais como, geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Standards Board* (“IASB”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.1. Base de preparação - continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de agosto de 2019.

2.2. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante - continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante..

2.4. Pronunciamentos adotados ou revisados

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. No entanto, tais adoções não afetaram materialmente as suas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento trouxe são:

- Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- Alteração das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros, são geralmente mensurados ao custo amortizado. Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

a) Instrumentos financeiros – continuação

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Não houve mudança relevante de classificação dos instrumentos financeiros em razão da adoção da nova norma comparado com aquela efetuada em 31 de dezembro de 2017 (valor justo por meio do resultado). As aplicações financeiras são destinadas para satisfazer o compromisso, principalmente, de aplicação no investimento da obra da UHE Belo Monte, e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

Os recebíveis anteriormente classificados como “empréstimos e recebíveis” tiveram sua classificação alterada para “custo amortizado”, sem, no entanto, alterar a forma de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, que continua pelo custo amortizado (recebimento de fluxos de caixa contratuais). Os passivos financeiros são todos classificados e mensurados pelo custo amortizado, sem alteração com a prática contábil anterior.

Os numerários classificados como caixa e equivalentes de caixa continuam sendo classificados e apresentados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 3(R2)/IAS 7, que não foi modificado em razão da vigência da referida nova norma contábil.

Redução no valor recuperável (*impairment*)

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

a) Instrumentos financeiros – continuação

A Companhia estimou a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido nessa nova norma, a qual não resultou em impactos materiais nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado na Nota 6.

Passivos financeiros

A Companhia designou o passivo financeiro captado junto ao Banco ABC como custo amortizado (Nota 17), permanecendo os empréstimos captados junto a BNDES classificados como custo amortizado.

Contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior).

A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da “relação econômica”, assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos das companhias.

A Companhia não operou com contabilidade de hedge, porém realizou um *swap* de valor justo para mitigar o risco de exposição de empréstimo captado em moeda estrangeira e os impactos desse assunto nestas demonstrações financeiras estão descritos nas Notas 9 e 25.

i. Divulgações

A IFRS 9/CPC 48 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia faz as divulgações necessárias na Nota 27 – instrumentos financeiros.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

a) Instrumentos financeiros – continuação

ii. Transição

A Companhia adotou a isenção que permitiu não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de créditos esperadas.

Não houve diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

b) Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituiu as orientações de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

b) Receitas de contratos com clientes – continuação

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política anterior.

Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política anterior.

Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes ao seu segmento ou receitas de atividades acessórias. Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política vigente anteriormente.

i. Transição

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. Não houve ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia em razão da adoção da IFRS 15/CPC 47.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os recursos são aplicados em títulos e valores mobiliários com vencimento de longo prazo (superior a 90 dias) e apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para utilização desses recursos antes do vencimento.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica e valores liquidados quando da entrega dessa energia. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota 6). São mensurados ao custo amortizado.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.8. Imobilizado – continuação

Tendo em vista a fase pré-operacional das UGs que ainda se encontram em processo de montagem, tanto a vida útil quanto o eventual valor residual desses ativos ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens. Os demais bens do imobilizado, incluindo as UGs que entraram em operação comercial, estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão (Notas 3 e 10).

2.9. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização iniciou-se em conjunto com a obrigação do pagamento (Nota 11).

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente quando for o caso.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.11. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (Nota 16).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.12 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais conforme definidos em contrato (Nota 18).

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.16. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são provisões reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.18.1. Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e *IAS 20 – Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance*. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota 20.2.2.

2.19. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.20. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo emitido pela Companhia.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.21. Informações por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

2.22. Normas contábeis emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo CPC e IASB aplicados à Companhia, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis no Brasil.

Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Arrendamentos – tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha baixo valor. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido na norma. A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis e, na avaliação realizada o impacto estimado é de R\$1.964 no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente. Os efeitos são considerados imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.22. Normas contábeis emitidas e ainda não adotadas – continuação

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro - esta interpretação esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.23. Representação das informações financeiras anuais

A Companhia irá efetuar o seu registro de companhia aberta na CVM, com o objetivo de aumentar a transparência de suas informações financeiras. Dessa forma, estão sendo reapresentadas as demonstrações financeiras com o objetivo de expandir suas divulgações anteriormente efetuadas para o atendimento das exigências de divulgação relacionadas às normas expedidas pela CVM. As notas explicativas modificadas foram: 2.1, 3.1.3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 19, 20, 26(d), 26(e), 27 e 28. Essas modificações não impactaram em alterações de valores no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvido no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (Nota 10)
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6);
- Teste de *impairment* e contratos de natureza onerosa;
- Provisões socioambientais (Nota 19);
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 16);
- Valor justo de instrumentos financeiros (Notas 9 e 27); e
- Ativos fiscais diferidos (Nota 26.b).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância

3.1.1. Depreciação e Unitização do ativo imobilizado

Conforme Nota 01, as UGs estão entrando em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo por base suas vidas úteis ou o prazo de concessão, dos dois o menor, uma vez que o contrato de concessão não prevê indenização ao término da concessão.

No caso dos reservatórios e outros bens de uso comum entre as UGs, os quais não entram em operação de forma parcial, obedecendo aos conceitos de geração de benefícios econômicos, representado pelo princípio da confrontação de receitas e despesas, a taxa de depreciação foi determinada de forma proporcional à curva de ativação das UGs.

3.1.2. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Em 2016, a Companhia reconheceu como provisão o valor de R\$93.430 com base na análise do relatório das competências de abril a agosto do Contas a Receber constituído de acordo com a operação de compra de energia no Mercado de Curto Prazo no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Conforme despacho da ANEEL nº CE 05/2017 emitido em 19 de setembro de 2017, foi adotado uma nova forma de operacionalização das decisões judiciais que limitam a aplicação dos efeitos financeiros do Fator de Ajuste da Garantia Física, ou *Generation Scaling Factor* ("GSF"), nos termos do Despacho ANEEL nº 2.982/2016. Na prática, a Companhia deixou de ser impactada contabilmente por tais efeitos.

Em outubro de 2017 no fechamento da competência de agosto de 2017 os créditos provisionados como liquidação duvidosa mais atualizações foram restituídos a Companhia.

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.³⁴ Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.1. Estimativas de maior relevância – continuação

3.1.2. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - continuação

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na Nota 6. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registra como provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor de R\$ 1.664 que reflete a perda esperada sobre a carteira de recebíveis.

3.1.3. Provisão para Redução do Valor Recuperável de Ativos não financeiros

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância – continuação

3.1.3. Provisão para Redução do Valor Recuperável de Ativos não financeiros - continuação

O ativo caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, conforme as normas contábeis CPC 01 (R1) e IAS 36, requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. Os estudos foram realizados na data base de 31 de outubro e atualizado para 31 de dezembro de 2018 e não indicaram necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos. O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos levou em consideração o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão, para tanto o fluxo de caixa projetado foi descontado à taxa de 9,66% calculada pelo modelo WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), bem como utilizada a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social.

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de PLD mais aderentes a realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de novembro de 2018 a setembro de 2045; taxa de desconto WACC; volume físico de energia; tarifas; custos e despesas (projetado por IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio.

3.1.4. Provisão socioambiental

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, a qual prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos reservatórios principal e intermediário da usina. Até 2018, esses ativos foram unitizados, portanto registrada a provisão com base no disposto no OCPC 05, itens 119 e 120, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Cabe ressaltar que a referida orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado em serviço, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia reavalia os compromissos assumidos com diversos órgãos e fornecedores afim de sempre apresentar com a melhor estimativa possível os valores envolvidos na provisão, inclusive com a contratação de consultoria técnica externa. Atualmente a provisão monta R\$875.144 conforme demonstrado na Nota 19.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.2. Reclassificação de saldos comparativos

Para fins de melhor apresentação das informações comparativas, a Companhia efetuou determinadas reclassificações conforme a seguir, sem alterar qualquer tipo de informação relevante:

- a) No balanço patrimonial, o registro de atualização e de multa sobre atraso na parcela de integralização de capital não efetuada por acionistas até a data do balanço, antes apresentada como um ativo e passivo de igual valor, passou a ser apresentada de forma líquida. Dessa forma, a rubrica de outros créditos e a rubrica de outras provisões foram reduzidas em R\$ 91.390 em 31 de dezembro de 2017.
- b) Na demonstração de resultado os valores que compunham o saldo de custos operacionais referente a outros resultados não operacionais no montante de R\$ 603 em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados para o grupo de despesas operacionais.
- c) No balanço patrimonial, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foram apresentados de forma líquida, sendo reclassificado o saldo do passivo como retificador do ativo, no montante de R\$ 313.007, em 31 dezembro de 2017, considerando se tratarem de impostos e contribuições com a mesma autoridade tributária.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Recursos em banco e em caixa	141	548
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda Fixa	85.852	6.114
	<u>85.993</u>	<u>6.662</u>

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

Os recursos disponíveis para aplicação nos dias 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram investidos em títulos de renda fixa com rentabilidade média de 70% do CDI em ambos exercícios. Os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de Aplicação – CEF	-	1.059
Compromissada – CEF	-	4.060
Fluxo Automático - Banco do Brasil	6.189	-
	<u>6.189</u>	<u>5.119</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve os recursos em aplicação automática junto ao Banco do Brasil, com rentabilidade média de 80% do CDI para o exercício, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha os recursos aplicados em fundo e operações compromissadas junto à Caixa Econômica Federal, o fundo em questão era composto por 65,6% de títulos vinculados à instituições financeiras privadas e 34,4% em títulos públicos. A Companhia tem como premissa fazer a gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos Exclusivos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela Administração da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de renda fixa (públicos e privados).

A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (*Rating* com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado, pelo fato de sua carteira ser composta por títulos de renda fixa de longo prazo, contudo, com carência máxima de 90 dias, implicando em risco insignificante de alteração de valor, pois são todos títulos pós-fixados indexados à SELIC ou CDI.

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira do fundo é marcado a mercado, conforme critérios estabelecidos pela ANBIMA. Os títulos privados são avaliados a valor de mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2018				31/12/2017	
	Vincendos		Vencidos		Total	Total
	Faturados	Não Faturados	Até 180 dias	Mais de 180 dias		
Suprimento (a)	94.903	364.998	14.832	566	475.299	322.363
Energia elétrica de curto prazo (b)	297	41.716	55.341	-	97.324	63.571
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	-	(1.664)	-
	95.170	406.714	70.173	566	570.959	385.934

- (a) Em 31/12/2018, é composto da provisão de faturamento no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no valor de R\$307.870 (R\$203.799 em 31/12/2017) e Autoprodutor de Energia Elétrica (“APE”) no valor de R\$57.128 (R\$50.146 em 31/12/2017) e faturamento em aberto do ACR no valor de R\$110.301 (R\$68.418 em 31/12/2017).

Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente.

- (b) Provisão de faturamento no Mercado de Curto Prazo (CCEE) no valor de R\$97.324 em 31/12/2018 (R\$63.571 em 31/12/2017).
- (c) A Companhia efetuou o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$1.664 considerando o coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do período de 2016 a dezembro de 2018.

A seguir a movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

Saldo em 31/12/2017	-
(Provisão) / Reversão	(1.664)
Saldo em 31/12/2018	(1.664)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Tributos a recuperar

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	39.306	36.898
IR/CS	2.942	19.782
PIS a recuperar (a)	16.936	30.451
COFINS a recuperar (a)	75.505	139.085
Outros tributos	12.634	15.577
	<u>147.323</u>	<u>241.793</u>

- a) Em 21 de dezembro de 2010, de acordo com o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175/2010, a Companhia foi habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e obteve a suspensão do PIS e da COFINS. Conforme disposto no art. 3º do Decreto 6.144-2007, o prazo para fruição do benefício era de cinco anos com término em 21 de dezembro de 2015. Após essa data, não foram considerados os benefícios fiscais para os faturamentos realizados pelas empresas que utilizavam o REIDI. Os débitos de PIS e COFINS gerados na venda de energia estão sendo compensados com os créditos acumulados de períodos anteriores e correntes.

8. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios de seguros	51.830	79.453
Circulante	28.657	28.256
Não circulante	23.173	51.197

Refere-se ao prêmio de seguros pagos antecipadamente decorrente de risco de engenharia e responsabilidade civil. Os seguros são capitalizados ao custo da obra do empreendimento pela fluência do prazo de cobertura do seguro (Nota 29).

Seguradora	Risco	R\$ Cobertura	Prêmio	Amortização mensal	Vigência
J. Malucelli (Junto)	Engenharia (concessão)	1.307.445	33.425	360	08/10 a 04/19
Mapfre	Engenharia	19.967.728	223.506	1.961	08/11 a 01/21
ACE	Resp. Civil	90.000	2.826	30	03/11 a 01/19
Mapfre	Resp. Civil (Empregador)	10.000	3.495	37	03/11 a 01/19
Fairfax	Resp. Civil	1.000	88	22	02/18 a 02/19

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Instrumento financeiro derivativo

Em 2018, a Companhia contratou junto ao Banco ABC Brasil um instrumento financeiro derivativo para proteção à variação cambial do Dólar (USD). Essa proteção é atrelada a dívida contraída em moeda estrangeira (Nota 17). O instrumento financeiro derivativo contratado constitui um *hedge* de valor justo por meio do resultado. Abaixo segue a composição dos saldos a valor justo:

	2018
Instrumento financeiro derivativo (ativo)	
Hedge de fluxo de caixa - SWAP	19.911
	19.911
	2018
Receita financeira - variação cambial	
Hedge de fluxo de caixa - SWAP	19.911
	19.911

Composição líquida da posição de *Swap* e dívida em moeda estrangeira:

Instrumento Financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Condições	Saldo em 31/12/2018	Resultado
Empréstimo ABC (Nota 17)	US\$ 30.998.000	43.475	*	3,77% a.a.	(120.363)	(20.363)
<i>Swap - passivo</i>	100.000	43.475	43.476	10,30% a.a.	(100.546)	(546)
<i>Swap - ativo</i>	100.000	43.475	43.476	5,18% a.a. + ΔUS\$	120.457	20.457
Posição Swap					19.911	19.911
Posição líquida financeira (passivo)					(100.452)	(452)

* 16/07/2018, 11/12/2018 e 11/01/2019.

10. Imobilizado

Descrição	Taxa média anual de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		29.142.964	(1.206.237)	27.936.727	22.478.980
Geração	2,38% a.a.	29.119.504	(1.195.767)	27.923.737	22.470.033
Administração	8,85% a.a.	23.460	(10.470)	12.990	8.947
Imobilizado em curso		13.574.325	-	13.574.325	16.290.336
Geração		13.574.325	-	13.574.325	16.290.336
		42.717.289	(1.206.237)	41.511.052	38.769.316

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Imobilizado – continuação

	Saldos em 31/12/2016	Movimentações			Saldos em 31/12/2017	Movimentações			Saldos em 31/12/2018	Taxa Média Depreciação
		Adições	Baixa	Transferências		Adições	Baixa	Transferências		
Geração em Serviço										
Terrenos (a)	-	-	-	-	-	-	(145)	882.882	882.737	3,19%
Reservatório, barragens e adutoras	13.363.845	-	-	440.977	13.804.822	-	-	1.420.950	15.225.772	1,86%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.194.289	-	-	848.793	2.043.082	-	-	604.875	2.647.957	2,74%
Máquinas e equipamentos	3.413.103	617	-	3.708.253	7.121.973	101	-	3.235.072	10.357.146	2,96%
Veículos	2.967	1.314	-	10	4.291	1.331	-	72	5.694	12,51%
Móveis e utensílios	110	4	-	61	175	-	-	23	198	5,76%
	17.974.314	1.935	-	4.998.094	22.974.343	1.432	(145)	6.143.874	29.119.504	
(-) Depreciação Acumulada										
Terrenos	-	-	-	-	-	(28.170)	-	-	(28.170)	
Reservatório, barragens e adutoras	(35.151)	(180.766)	-	-	(215.917)	(283.800)	-	-	(499.717)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.548)	(45.596)	-	-	(54.144)	(72.661)	-	-	(126.805)	
Máquinas e equipamentos	(40.979)	(191.314)	-	-	(232.293)	(306.103)	-	-	(538.396)	
Veículos	(1.519)	(425)	-	-	(1.944)	(712)	-	-	(2.656)	
Móveis e utensílios	(3)	(9)	-	-	(12)	(11)	-	-	(23)	
	(86.200)	(418.110)	-	-	(504.310)	(691.457)	-	-	(1.195.767)	
Geração em curso										
Terrenos (a)	876.413	4.013	-	5	880.431	4.007	-	(882.909)	1.529	
Reservatório, barragens e adutoras	1.192.083	119.537	-	(402.850)	908.770	1.143.106	-	(1.354.345)	697.531	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.759.478	159.168	-	(797.004)	2.121.642	169.777	-	(573.654)	1.717.765	
Máquinas e equipamentos	10.972.219	268.935	-	(1.031.748)	10.209.406	281.209	-	(1.029.565)	9.461.050	
Veículos	-	10	-	(10)	-	72	-	(72)	-	
Móveis e utensílios	-	61	-	(61)	-	23	-	(23)	-	
A ratear (d)	329.982	1.990.191	-	(1.934.841)	385.332	1.477.935	-	(1.637.698)	225.569	
Adiantamento a fornecedores (c)	1.794.728	615.952	-	(831.585)	1.579.095	348.675	-	(665.608)	1.262.162	
Estudos e projetos (b)	161.390	-	-	-	161.390	-	-	-	161.390	
Depósitos judiciais (e)	44.357	(87)	-	-	44.270	3.059	-	-	47.329	
	18.130.650	3.157.780	-	(4.998.094)	16.290.336	3.427.863	-	(6.143.874)	13.574.325	
Administração em Serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	-	-	1.004	-	-	-	1,004	3,31%
Máquinas e equipamentos	12.000	377	-	-	12.377	5.978	-	-	18.355	9,77%
Móveis e utensílios	3.851	110	-	-	3.961	140	-	-	4.101	6,05%
	16.855	487	-	-	17.342	6.118	-	-	23.460	
(-) Depreciação Acumulada										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(195)	(33)	-	-	(228)	(33)	-	-	(261)	
Máquinas e equipamentos	(5.540)	(1.486)	-	-	(7.026)	(1.794)	-	-	(8.820)	
Móveis e utensílios	(900)	(241)	-	-	(1.141)	(248)	-	-	(1.389)	
	(6.635)	(1.760)	-	-	(8.395)	(2.075)	-	-	(10.470)	
	36.028.984	2.740.332	-	-	38.769.316	2.741.881	(145)	-	41.511.052	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Imobilizado – continuação

- (a) Até dezembro de 2018 foi realizada a unitização dos terrenos das áreas afetadas pelo projeto da Usina de Belo Monte e que foram objeto de aquisição durante a construção. Assim, o saldo em curso foi transferido para serviço no montante de R\$882.882. A Companhia calcula e registra a amortização dos gastos com os terrenos, pelo prazo da concessão, considerando que ao final do contrato não ocorrerão quaisquer indenizações dos investimentos realizados pela Companhia na UHE Belo Monte (R\$28.170 no exercício findo em 31/12/2018).
- (b) Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais, nas fases de gastos com estudos de engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias em vigor. Estes custos serão rateados no total da usina após a conclusão da obra. Desta forma, o ativo em curso só será unitizado nesse momento. A estimativa de gastos futuros com imobilizado pode ser visualizada na Nota 30.
- (c) Parte dos valores classificados na rubrica de “Geração em curso” refere-se a adiantamentos feitos para a IMPSA - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM, para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM, responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido a incerteza na recuperação em 2014, foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a “IESA Projetos Montagens E Equipamentos S.A.”, que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora, e R\$251.886 do contrato com o Consórcio IMPSA Belo Monte que, por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. Foi revertido da mencionada provisão, em 2015, o valor de R\$21.207, e em 2016 o valor de R\$696, em razão da entrega de materiais. Em outubro de 2017 foi revertido o valor de R\$42.494 a título de indenização securitária, em razão da apólice de seguro contratada com a Zurich.
- (d) A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração entende que a alocação dos custos será realizada quando da entrada em operação da Usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo. A partir de julho de 2016, com o início do processo contábil de unitização, o saldo da rubrica “A ratear” foi transferido para a composição do custo das unidades geradoras no ativo imobilizado. Em 2018, ocorreram o 8º, 9º, 10º e 11º Ciclos de unitização com a entrada em operação das UGs 08, 09, 10 e 11. Há previsão de entrada em operação das demais UGs até 2020, por essa razão, o saldo da conta “a ratear” do grupo de Geração ainda será alocado para as turbinas em curso. Em decorrência de processo de investigação, conduzido por consultores contratados pela Acionista Eletrobras, no final de 2015 foi efetuada uma baixa no custo do ativo imobilizado, em contrapartida do resultado do exercício, no valor de R\$183.000 (Nota 31).

Composição da rubrica “A ratear”	31/12/2018	31/12/2017
Mobilização e canteiro de obras	32.398	35.722
Juros capitalizados	88.283	229.814
Projetos e consultorias de engenharia	81.056	76.920
Encargos financeiros, comissões bancárias e seguros	2.331	4.774
Outros	21.501	38.102
	225.569	385.332

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Imobilizado – continuação

- (e) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI).

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que a mesma se limite ao prazo desta.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente, bem como em 31 de dezembro de 2017.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo, que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados R\$7.696.575 (sendo R\$1.157.575 no exercício de 2018). Os custos de empréstimos e financiamentos relacionados às unidades em operação estão sendo alocados no resultado do exercício (R\$1.156.811 no exercício de 2018 e R\$1.542.148 no exercício de 2017).

O ativo imobilizado também contempla os valores estimados a título de provisão socioambiental, no valor de R\$ 875.144 em 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado na Nota 19.

A Administração da Companhia realizou a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Intangível

11.1. Composição

Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Intangíveis em serviço		468.190	(34.207)	433.983	338.661
Geração		452.353	(19.286)	433.067	337.135
Uso do Bem Público (UBP)	3,59% a.a.	452.353	(19.286)	433.067	337.135
Administração		15.837	(14.921)	916	1.526
Licença de uso de software	3,86% a.a.	15.806	(14.921)	885	1.495
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		4.442	-	4.442	4.370
Geração		2.867	-	2.867	2.867
Servidão		2.548	-	2.548	2.548
Depositos judiciais		319	-	319	319
Administração		1.575	-	1.575	1.503
Licença de uso de software		1.575	-	1.575	1.503
		472.632	(34.207)	438.425	343.031

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Intangível – continuação

11.2. Movimentação

	Saldos em	Movimentações		Saldos em	Movimentações		Saldos em
	31/12/2016	Adições	Transf.	31/12/2017	Adições	Transf.	31/12/2018
Intangível em serviço:	15.592	245	340.181	356.018	-	112.172	468.190
Uso do Bem Público(UBP)	-	-	340.181	340.181	-	112.172	452.353
Marcas e patentes	31	-	-	31	-	-	31
Licença de uso de software	15.561	245	-	15.806	-	-	15.806
(-) Amortização acumulada	(11.646)	(5.711)	-	(17.357)	(16.850)	-	(34.207)
Intangível em curso:	313.051	31.500	(340.181)	4.370	112.244	(112.172)	4.442
Uso do Bem Público (UBP)	308.694	31.487	(340.181)	-	112.172	(112.172)	-
Licença de uso de software	1.503	-	-	1.503	72	-	1.575
Servidão	2.535	13	-	2.548	-	-	2.548
Depósitos judiciais	319	-	-	319	-	-	319
	316.997	26.034		343.031	95.394		438.425

A Administração da Companhia realizou a revisão do valor recuperável do ativo intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Intangível – continuação

11.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, a partir da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$89.365 e R\$344.667, respectivamente, totalizando R\$434.032 em 31 de dezembro de 2018 (R\$329.855 em 31/12/2017), em contrapartida do ativo intangível (R\$ 452.353 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 337.135 em 31 de dezembro de 2017). O saldo de UBP foi ajustado em R\$ 112.172, pela adequação da taxa de desconto do ajuste a valor presente à realidade da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

O saldo da obrigação é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real. Em 2015 foram pagas duas parcelas que totalizaram R\$3.651, cujo pagamento posterior foi suspenso por força de liminar judicial. Em outubro de 2017, reiniciou-se o pagamento do UBP e por consequência o ativo intangível reconhecido como contrapartida dessa obrigação começou a ser amortizado. Vide abaixo a movimentação da UBP registrada no passivo exigível:

Movimentação do passivo:

Em 31 de dezembro de 2016	<u>305.044</u>
Atualizações no exercício	31.253
Pagamentos no exercício	<u>(6.442)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>329.855</u>
Atualizações no exercício	130.640
Pagamentos no exercício	<u>(26.464)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>434.031</u></u>

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Depósitos judiciais e cauções

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cauções Pactual (a)	1.552	1.456
Caução CEF (b)	576.191	418.658
Depósito Judicial – Tributário (c)	18.891	14.965
Depósito Judicial – Cíveis (d)	143.503	194.316
Depósito Judicial – Trabalhistas	413	413
	<u>740.550</u>	<u>629.808</u>
Circulante	1.552	1.456
Não circulante	738.998	628.352

- (a) Contrato de caução firmado em 15 de abril de 2013 por Norte Energia S.A., CISA Trading S.A. e Banco BTG Pactual S.A. exigido pelo contrato de compra e venda de mercadorias por encomenda. A Companhia celebrou, em 25 de fevereiro de 2013, um contrato de compra e venda por aquisição de mercadorias importadas para o atendimento ao Termo de Cooperação Técnico-Financeiro assinado com o Governo do Estado do Pará, objetivando atender às metas estabelecidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), dentro das condicionantes da área de segurança pública. Parte dos equipamentos foi entregue em 2015, restando a entrega dos equipamentos que estão passando por processo de customização. A previsão é que o processo de customização seja finalizado em 2019.
- (b) Contrato de Caução firmado com o Operador Nacional do Sistema – ONS referente à Utilização do Sistema de Transmissão que monta R\$5.381 e Conta Reserva para atender as exigências previstas no contrato de Financiamento do BNDES no valor de R\$548.107, sendo R\$12.460 referente a aplicação em fundo exclusivo, o qual não é consolidado devido as características do contrato firmado junto ao BNDES, e a Companhia não possui gestão sobre os recursos aplicados. O restante do saldo, no valor de R\$ 22.702, refere-se a outras cauções.
- (c) Exigência jurídica vinculada a ação movida pelo CCBM, onde a Norte Energia é parte interessada, contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente a recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos valores vinculados a materiais aplicados e serviços de terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014, foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente à parte incontroversa.
- (d) Em 04 de Abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública intentada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que pleiteia o imediato depósito do valor referente a compensação ambiental o qual foi realizado em 27 de abril de 2016 e atualizado, no valor de R\$124.974 (Nota 16). O restante do saldo, no valor de R\$ 18.529, refere-se a outros depósitos judiciais cíveis.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Outros créditos

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos a funcionários	18	44
Adiantamentos a fornecedores	6.294	2.789
Títulos a receber	1.404	831
Estoque	105	47
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.398	900
Credores diversos	3.896	3.340
	<u>20.115</u>	<u>7.951</u>
Circulante	16.281	4.611
Não circulante	3.834	3.340

14. Fornecedores

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consórcio Construtor de Belo Monte	121.246	102.730
Instituto Chico Mendes (a)	124.974	124.974
Outros fornecedores de investimento	190.220	202.313
Compra de energia (b)	-	727.823
Encargo da transmissão, conexão e distribuição	54.254	29.419
Outros fornecedores materiais e serviços	1.121	4.269
	<u>491.815</u>	<u>1.191.528</u>
Circulante	491.608	1.191.528
Não circulante	207	-

- (a) Em 2016, foi determinado que o valor referente a compensação ambiental fosse depositado em juízo, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial (Notas 12 e 16).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Fornecedores – continuação

- (b) Refere-se à provisão de execução da Garantia Financeira na CCEE. De acordo com o Despacho ANEEL nº 4.344 de 21 de dezembro de 2017, os débitos decorrentes da liquidação da contabilização de outubro de 2017 somados ao resultado financeiro da contabilização de novembro de 2017 foram divididos em seis parcelas a contar da liquidação de novembro de 2017, disponibilizada em janeiro de 2018; e o resultado financeiro da contabilização de dezembro de 2017 foi dividido em cinco parcelas a contar da liquidação de dezembro de 2017, disponibilizada em fevereiro de 2018. Esses débitos foram liquidados ao final de junho de 2018.

15. Outras contas a pagar

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos retidos na fonte	5.960	1.871
Tributos a recolher:		
ISS (a)	29.279	20.892
INSS	3.681	2.952
PIS/COFINS/CSLL (b)	74.837	56.674
ICMS	23.420	24.907
Outros tributos a recolher	647	1.052
Obrigações trabalhistas	19.905	21.878
Credores Diversos (c)	29.110	29.110
CFURH (d)	18.365	4.047
P&D (d)	32.661	14.384
Outros	6.798	5.950
	<u><u>244.663</u></u>	<u><u>183.717</u></u>

- a) Conforme Nota 12, item (c), a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM no Município de Altamira está sendo depositado em juízo, totalizando R\$18.891.
- b) Os créditos de PIS e COFINS foram suficientes para compensar o saldo passivo em todos os meses de 2018. O saldo passivo em aberto será compensado em janeiro de 2019.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Outras contas a pagar - continuação

- d) Com a finalização da estratégia de compra de energia, em função do não pagamento dos valores a receber pela CCEE, os valores da notificação de penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente às competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 estão sendo registrados como provisão, em caso da perda da liminar (Nota 1). Devido a uma defasagem operacional da CCEE no envio dessas notificações, no primeiro semestre de 2017 foram divulgadas as notificações das competências de outubro a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017. A partir da competência abril de 2017, não foram mais constituídas provisões devido o prognóstico de perda ser caracterizado como "Possível", sendo que nesse período as notificações recebidas totalizam o valor de R\$1.643.000, atualizadas até 31 de dezembro de 2018 (Nota 16).
- e) Refere-se a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH e a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, conforme estabelecido pela ANEEL.

16. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

- i) Causas prováveis

	Provisões Cíveis	Provisões Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2016	11.838	1.052	12.890
Revertida durante o exercício	(1.580)	(52)	(1.632)
Constituída durante o exercício	13.422	-	13.422
Em 31 de dezembro de 2017	23.680	1.000	24.680
Revertida durante o exercício	(23.917)	(10.404)	(34.321)
Constituída durante o exercício	5.423	15.407	20.830
Em 31 de dezembro de 2018	5.186	6.003	11.189

A constituição de provisão trabalhista no valor de R\$ 15.407 refere-se, principalmente, a processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária. Além disso, houve no período acordos e outros processos encerrados o que acarretou na reversão de R\$ R\$ 10.404.

Em maio de 2018, a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 11.000 referente ao processo cível arbitral movido pela Votorantim S.A. Além disso, foram reavaliadas as ações cíveis e houve reclassificação da estimativa de perda provável para possível no montante de aproximadamente R\$ 12.917.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública ajuizada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal que, também envolve o IBAMA, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem por causa pedir a suposta nulidade parcial da decisão, proferida pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, que deliberou acerca da destinação dos recursos previstos na compensação ambiental decorrente da implantação da UHE Belo Monte. Em sede de antecipação parcial dos efeitos da tutela, foi determinado o depósito judicial do valor de R\$124.974 que seria destinado ao Estado de Mato Grosso, o que foi prontamente atendido pela Norte Energia em 27 de abril de 2016 (Notas 12.d e 14).

ii) Causas possíveis – não provisionadas

Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

- a) Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará, pleiteando a suspensão da Licença de Instalação por alegar suposto descumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010. O valor atualizado atribuído à ação é de R\$995;
- b) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas e outras indenizações no valor de R\$56.233;
- c) Ações em procedimento arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional no montante de R\$715.568 referente a não cumprimento contratual por parte de Norte Energia S.A. em relação ao Consórcio Montador de Belo Monte (CMBM) e Andritz Hydro S.A.;
- d) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária, no valor estimado de R\$161.499;
- e) Procedimento Administrativo sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Recursos Hídricos, instituído pelo Governo do Estado do Pará, no valor estimado de R\$97.242.
- f) Liminar com efeito de suspensão da penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE. A suspensão abrange valores referentes a EUST (Encargos de Utilização do Sistema de Transmissão), liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo e valores a serem pagos a autoprodutores que possuem, junto à insuficiência de lastro, o valor estimado de R\$1.643.000.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

Portanto, como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IAS 37, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja vista que, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

iii) Causas remotas – não provisionadas

A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (“LI”) e da Licença de Operação (“LO”) da UHE.

Licença de Instalação		Licença de Operação	
Data de Citação	Valor	Data de Citação	Valor
15/02/2012	7.000	18/02/2016	7.501
13/09/2013	101	26/12/2016	501
01/10/2013	3.000	12/04/2017	7.511
08/10/2013	2.700	27/04/2017	251
17/06/2014	101	27/04/2017	50
17/06/2014	51	27/04/2017	5
08/10/2014	101	27/04/2017	502
14/10/2015	51	22/05/2017	101
27/11/2015	5.088	10/08/2018	11
03/08/2016	5.011		
	23.204		16.433

Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recurso administrativo. Adicionalmente, existem outros processos administrativos com o referido instituto, estimado em R\$36.704.

O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

Em 28 de maio de 2012, a Companhia teve uma ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$168.000.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

Os autos permanecem conclusos com decisão liminar favorável a Norte Energia.

Os referidos processos foram avaliados pelos assessores jurídicos e possuem prognóstico de **perda remota**, contudo, devido a relevância do assunto, a Administração optou por divulgá-los.

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos - BNDES	27.829.855	27.254.570
Empréstimos e financiamentos - ABC	120.363	-
	27.950.218	27.254.570
Circulante	2.389.264	1.707.983
Não circulante	25.560.954	25.546.587

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota 10).

As condições de liberação dos recursos, bem como os prazos e índices de atualizações estão descritos no item seguinte.

Empréstimos e financiamentos – BNDES

Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e de nota promissória com o Banco BTG Pactual.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$22.500.000, sendo R\$3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME - PSI e R\$18.814.700 à linha de crédito do FINEM. Esse valor será repassado da seguinte forma: R\$9.814.700 serão repassados diretamente pelo BNDES, R\$7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual. Conforme detalhado a seguir:

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Empréstimos e financiamentos – continuação

Financiamento de longo prazo	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
BNDES - FINEM - parcela direta	9.814,7	TJLP + 2,25%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
BNDES - FINEM - parcela indireta:			
Banco BTG	2.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
Banco CEF	7.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	9.000,0		
BNDES - PSI - parcela direta	3.685,3	5,5%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	22.500,0		

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação da UHE Belo Monte.

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

O crédito foi destinado à implantação da UHE Belo Monte, Sistema de transmissão associado e Investimentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. O contrato está dividido nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Descrição	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Parcela direta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,25%	dez/12	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,25%	dez/12	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,25%	Mar/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,25%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela indireta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,65%	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,65%	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	jun/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela direta – PSI				
Subcrédito A	5,50%	dez/12	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41

O crédito foi posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.

A liberação do empréstimo teve início em 2012 no valor de R\$3.137.882. Durante o exercício de 2013 foram liberadas 3 parcelas, segregadas em 5 liberações nos meses de janeiro, maio, junho, agosto e dezembro totalizando o valor de R\$6.680.281.

No primeiro trimestre de 2014 foi liberada uma parcela no valor total de R\$1.215.000, no segundo trimestre foram liberadas duas parcelas, de R\$58.045 e R\$1.400.000, no terceiro trimestre foi liberada a sétima parcela no valor de R\$1.400.000 e no quarto trimestre foi liberada a oitava parcela no valor de R\$1.500.000, totalizando R\$5.573.045 no ano.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Empréstimos e financiamentos – continuação

No primeiro trimestre de 2015, foi liberado o valor total de R\$941.853, no segundo trimestre foi liberado o valor total de R\$2.167.317, no terceiro trimestre R\$1.500.000 e no quarto trimestre R\$501.197 totalizando R\$5.110.367 no ano.

Nos anos 2016 a 2018, não ocorreram novas liberações do BNDES.

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

A movimentação dos créditos do BNDES está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Valor
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>25.615.250</u>
Total Juros no período	2.269.469
Total de Pagamentos 2017	(630.149)
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>27.254.570</u>
Total Juros no período	2.280.900
Total de Pagamentos no período	(1.705.615)
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2018</u>	<u>27.829.855</u>

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício do financiamento, do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% e da manutenção de índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2, calculado a partir da entrada em operação da UHE e a consequente amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017 com obrigatoriedade de divulgação no final do exercício, quando deverá, inclusive, ser auditado.

O cálculo será realizado da seguinte forma:

$$ICD = (A)/(B)$$

Sendo:

- (A) Geração de caixa
- (+) EBITDA
- (-) Imposto de renda
- (-) Contribuição social

- (B) Serviço da dívida
- (+) Amortização de principal
- (+) Pagamento de juros

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Empréstimos e financiamentos – continuação

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais.

Empréstimos e financiamentos – BNDES – continuação

Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias:

Pré-operacionais:

- Fiança corporativa dos sócios;
- Penhor de ações da SPE;
- Pacote de Seguros e Garantias associados aos contratos de construção e fornecimento de equipamentos.

Após entrada em operação:

- Penhor de ações da SPE;
- Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;
- Conta reserva de 3 meses do serviço da dívida e dos custos de O&M.

Empréstimos e financiamentos – ABC

A Companhia contratou, em 15 de janeiro de 2018, junto ao banco ABC Brasil, uma linha de capital de giro de US\$ 30.998.000, que, convertidos totalizam R\$ 100.000 cujo saldo em 30 de setembro de 2018 e detalhes do financiamento estão descritos abaixo:

Custo Total	10,52% a.a.
Liberação	15-jan-2018
Vencimento	10-jan-2019
Amortização de Principal	10-jan-2019
Pagamento de Juros	16-jul-2018, 11-dez-2018, 11-jan-2019

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Principal	100.000
Juros	3.697
Varição cambial	24.338
Pagamentos no período	(7.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	120.363

O contrato junto ao banco ABC Brasil não possui *covenants* vinculados.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Empréstimos e financiamentos – continuação

Cronograma geral de vencimentos dos empréstimos

Os vencimentos das parcelas do financiamento estão atualizados até 31 de dezembro de 2018 e distribuídos como segue:

	<u>Valor</u>
2019	2.389.264
2020	2.652.321
2021	2.674.078
A partir de 2022	<u>20.234.555</u>
	<u>27.950.218</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento, sendo que até 31 de dezembro de 2018 foi amortizado o montante de R\$2.335.763 (R\$630.149 até 31 de dezembro de 2017) referente ao principal e juros.

	<u>Valor</u>
Direto	1.414.680
Principal	282.062
Juros	1.132.618
Indireto	921.083
Principal	127.926
Juros	793.157
Total pago no período	<u>2.335.763</u>

18. Partes relacionadas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte (a)	-	5.597	(48.538)	-	8.245	(89.385)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (b)	-	8.115	(71.895)	-	4.676	(32.312)
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (c)	5.467	-	63.954	5.015	-	39.735
	<u>5.467</u>	<u>13.712</u>	<u>(56.479)</u>	<u>5.015</u>	<u>12.921</u>	<u>(81.962)</u>

(a) Refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira, serviço de operação e manutenção da usina e encargo do sistema de transmissão - EUST, os preços e condições da prestação de serviço mencionada estão definidos e acordados em contrato específico com vigência até o prazo da concessão da Norte Energia S.A., o contrato possui atualização anual pelo IPCA. A ELETRONORTE participa do quadro de Acionista da Companhia, com 19,98%.

(b) Refere-se a contas a pagar do serviço de encargo do sistema de transmissão - EUST para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O EUST é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e é devido pela disponibilização de linhas de transmissão para escoamento da produção de energia, os valores envolvidos são definidos segundo a norma. A CHESF participa do quadro de Acionista da Companhia, com 15%.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Partes relacionadas – continuação

(c) Refere-se à venda de energia elétrica a título de APE – Auto Produtores, com valores definidos em leilão, e compõe o saldo de contas a receber (Nota 6). A SINOBRAS participa do quadro de Acionista da Companhia, com 1%.

As transações com as partes relacionadas ligadas indiretamente à Companhia, nas quais os Acionistas possuem participação societária, referem-se aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, que é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e pago aos agentes operadores. As operações com a Vale, se referem à venda de energia denominada APE – Auto Produtores. Abaixo segue os valores envolvidos nessas operações:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	22	(607)	-	13	(474)
Amazonia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	2	(1.407)	-	2	(929)
ATE III Transmissora de Energia S.A.	-	5	(3.193)	-	5	(2.448)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	1	(649)	-	1	(517)
Cemig Geracao e Transmissao S.A.	-	10	(15.913)	-	10	(9.258)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	-	1	(439)	-	-	-
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	-	20	(36.876)	-	20	(17.753)
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	48	(1.162)	-	28	(1.323)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	36	(30.173)	-	36	(19.620)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	215	(7.066)	-	203	(7.845)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	-	2	(972)	-	2	(760)
Evrecy Participações Ltda.	-	-	(160)	-	-	(172)
Fumas-Centrais Elétricas S.A.	-	42	(77.773)	-	37	(37.883)
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	151	(3.894)	-	79	(2.796)
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	-	1	(476)	-	1	(375)
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	-	1	(532)	-	1	(416)
Light Energia S.A.	-	-	(73)	-	-	(44)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	-	(463)	-	9	(401)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	-	23	(603)	-	-	(499)
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.	-	-	(2)	-	-	(2)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	178	(4.596)	-	104	(3.491)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	80	(38.594)	-	80	(34.998)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	-	30	(714)	-	18	(615)
Vale S.A.(a)	51.686	-	620.857	45.156	-	416.814
	51.686	868	394.520	45.156	649	274.195

(a) Refere-se à provisão de venda de energia elétrica, compondo o saldo de contas a receber (Nota 6).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Partes relacionadas – continuação

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos foram aprovados em AGO datada de 30 de abril de 2018 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração dos administradores e conselheiros	4.127	3.369
Encargos sociais	1.075	905
Benefícios	447	941
Total no exercício	5.649	5.215

19. Provisões socioambientais

Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Físico Biótico	48.874	111.225
Investimentos sociais	542.563	9.523
PDRSX	283.707	-
	875.144	120.748

A Companhia registrou no passivo circulante, no período de janeiro a dezembro de 2018, constituição do valor de provisão socioambiental no montante de R\$ 955.131, baseado em estudos internos e de consultoria externa (empresa Alvarez & Marsal) e que levaram em conta os compromissos assumidos pela Companhia por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Belo Monte. Abaixo, demonstramos quadro com a movimentação dessa provisão para todo o período.

Constituição no exercício	602.900	
Realização no exercício	(134.206)	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>468.694</u>	
Constituição no exercício	4.250	
Realização no exercício	(352.196)	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>120.748</u>	
Realização no período	(200.735)	
Constituição no período (a)	955.131	
Em 31 de dezembro de 2018	875.144	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	399.452	120.748
Não circulante	475.692	-

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Provisões socioambientais – continuação

- a) No exercício de 2018 foram constituídas duas provisões relevantes: a primeira no montante de R\$363.694, a qual foi baseada no gasto residual do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) levando em consideração o valor estipulado por Decreto Presidencial de R\$ 500.000. A segunda, no montante de R\$591.437, foi referente aos gastos a valor presente comprometidos pela Companhia com os programas socioambientais. A seguir segue a movimentação do saldo a realizar bem como o valor provisionado aberto por projeto:

	<u>Provisão</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2018</u>
Físico Biótico	48.874	(47.974)	48.874
Ações no reservatório	24.601	(37.050)	24.601
Fauna	2.273	(10.624)	2.273
Flora	22.000	(300)	22.000
Investimentos Ambientais	542.563	(121.530)	542.563
Apoio a Aquisição de Terras	91.275	(45.779)	91.275
Apoio Social e aos Municípios	58.846	(10.686)	58.846
Indígena	169.000	-	169.000
Kayapós	4.500	(8.996)	4.500
Patrimônio Cultural	-	(10.541)	-
Reassentamento	52.129	(4.998)	52.129
Recomposição Econômica	98.112	(17.395)	98.112
Relocações	15.969	(13.265)	15.969
Saúde e Saneamento	52.732	(9.870)	52.732
PDRSX	363.694	(31.232)	283.707
PDRSX	363.694	(31.232)	283.707
Total Geral	955.131	(200.736)	875.144

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

No exercício de 2018, foram aprovadas as subscrições de capital no valor de R\$938.000, passando o capital subscrito de R\$12.458.000 para R\$13.396.000, sendo integralizados R\$13.010.058 que compreendem 13.010.058 ações ordinárias (R\$12.165.858, correspondente a 12.165.858 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017).

As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Assembleia para aprovação	Ano	Quantidade de ações (em lotes de mil)	Valor integralizado (em lotes de mil)
Até 31 de dezembro	2016	11.300.000	11.133.758
Aprovado no exercício	2017	1.158.000	1.032.100
Total em 31 de dezembro	2017	12.458.000	12.165.858
Aprovado no exercício	2018	938.000	844.200
Total em 31 de dezembro	2018	13.396.000	13.010.058

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24ª AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2017 foi quitado o valor total de R\$24.238 referente ao aporte atrasado e em 2018 não houve pagamentos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	31/12/2018			31/12/2017		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.676.521	2.676.521	-	19,98%	2.489.108	-	19,98%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobras	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	1.868.700	-	15,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	1.868.700	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.245.800	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.245.800	-	10,00%
Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF	1.339.600	989.000	350.600	10,00%	989.000	256.800	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	-	9,77%	1.217.147	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	-	9,00%	1.121.220	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. – SINOBRAS	133.960	98.618	35.342	1,00%	89.238	35.342	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	31.145	-	0,25%
	13.396.000	13.010.058	385.942	100,00%	12.165.858	292.142	100,00%

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

20.2. Reservas

20.2.1. Reserva legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício e após absorção do prejuízo acumulado, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2018, o saldo dessa reserva é de R\$23.065.

Lucro líquido do exercício	1.074.056
Prejuízo acumulado até 2017	(612.761)
Base de cálculo para reserva legal	<u>461.295</u>
Alíquota reserva legal	5%
Reserva legal constituída no exercício	23.065
Saldo de lucro líquido a distribuir	<u><u>438.230</u></u>

20.2.2. Reserva de incentivos fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação. Nesse contexto, a SUDAM, reconhece o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo dessa reserva é de R\$ 169.579.

20.2.3. Reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Considerando o lucro apurado e a respectiva absorção do prejuízo acumulado e da reserva de incentivo fiscal no exercício de 2018, no montante de R\$1.074.056, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva especial relativo ao montante do dividendo mínimo obrigatório de R\$67.163, retidos em reserva especial de dividendos não distribuídos, em conformidade com a legislação societária, a qual será aprovada na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme disposições estatutárias.

20.2.4. Reserva de retenção de lucros

A parcela do lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído, R\$201.488, foi destinada à constituição da Reserva de Retenção de Lucro, a qual será aprovada na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), em conformidade com as disposições estatutárias.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

20.2. Reservas - continuação

20.2.5. Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido remanescente, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas. Porém, esses dividendos não serão obrigatórios nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à AGO ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo necessário parecer do Conselho Fiscal atestando esse cenário. Além disso, há cláusula nos contratos do BNDES que limitam o valor do dividendos a 25%, e somente há distribuição adicional em conformidade com a anuência do banco.

20.2.6. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Quantidade ações disponíveis ano anterior	12.458.000	11.300.000
Aumento autorizado em 27/01/2017	-	295.000
Aumento autorizado em 22/02/2017	-	135.000
Aumento autorizado em 28/03/2017	-	185.000
Aumento autorizado em 08/05/2017	-	148.000
Aumento autorizado em 12/07/2017	-	100.000
Aumento autorizado em 18/08/2017	-	75.000
Aumento autorizado em 22/09/2017	-	110.000
Aumento autorizado em 09/10/2017	-	110.000
Aumento autorizado em 27/02/2018	308.000	-
Aumento autorizado em 22/03/2018	200.000	-
Aumento autorizado em 30/04/2018	430.000	-
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	13.161.304	12.052.578
Lucro líquido do exercício	1.074.056	16.326
Lucro por ação ordinária no exercício	0,0816	0,0014

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Receita operacional líquida

	2018	2017
Suprimento de energia elétrica (a)	4.090.177	2.640.824
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	801.764	339.574
PIS	(80.749)	(49.187)
COFINS	(371.934)	(226.557)
ICMS	(21.377)	(14.138)
CFURH (c)	(103.492)	(58.721)
Outras deduções da receita	(57.561)	(32.879)
	<u>4.256.828</u>	<u>2.598.916</u>

- a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. No exercício de 2018 entraram em operação as Unidades Geradoras 08 (UG08), 09 (UG09), 10 (UG10), 11 (UG11) e 12 (UG12), o que acarretou no aumento do faturamento no exercício (Nota 6).
- b) O aumento da receita com energia elétrica de curto prazo se deve à comercialização da energia excedente nos leilões realizados durante o exercício de 2018.
- c) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22. Custos de energia

	2018	2017
Custo de compra de energia (a)	47.338	(1.023.380)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(471.663)	(326.706)
Serviços de operação e manutenção	(82.300)	(76.838)
	<u>(506.625)</u>	<u>(1.426.924)</u>

- (a) Em 2018, o saldo tornou-se credor devido ao estorno da provisão para compra de energia, no montante de R\$612.404, em contrapartida à exposição ao GSF, no montante de R\$565.067, Não houve necessidade de compra até dezembro de 2018 uma vez que a Companhia é credora da CCEE.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Custos de operação

	2018	2017
Pessoal	(3.565)	(2.123)
Administradores	(758)	(507)
Serviços de terceiros	(82.750)	(94.466)
Depreciação e amortização (a)	(707.696)	(417.645)
Seguros (b)	(346.723)	-
Penalidades contratuais e regulatórias (c)	(2.593)	-
Provisão (d)	(1.665)	93.430
Outros	(15.807)	(14.363)
	<u>(1.161.557)</u>	<u>(435.674)</u>

(a) Aumento devido a entrada em operação das Unidades Geradoras 08, 09, 10, 11 e 12 (UG08, UG09, UG10, UG11 e UG12), além disso houve a unitização dos terrenos que estavam em curso e a revisão da provisão socioambiental que afeta o custo dos reservatórios.

(b) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE

(c) Refere-se a provisão por insuficiência de lastro de energia elétrica, originada pelo chamado ativo da CCEE. O Lastro para Venda de Energia é constituído pela Garantia Física proporcionada pelo empreendimento de geração de energia ou contratos de compra de energia. Atualmente a aplicação dessa penalidade técnica está suspensa em função de liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 100045203.2015.4.01.0000.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa referente aos recebíveis (Nota 6). O saldo credor em 2017 refere-se à reversão de provisão da CCEE pelo parcelamento da exposição à GSF.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Despesas operacionais

	2018	2017
Pessoal	<u>(40.082)</u>	<u>(30.246)</u>
Administradores	<u>(4.928)</u>	<u>(4.874)</u>
Materiais	<u>(960)</u>	<u>(1.103)</u>
Serviços de terceiros	<u>(32.647)</u>	<u>(29.062)</u>
Depreciação e amortização	<u>(2.685)</u>	<u>(7.936)</u>
Arrendamentos e aluguéis	<u>(4.293)</u>	<u>(3.600)</u>
Seguros	<u>(974)</u>	<u>(889)</u>
Passagens	<u>(2.887)</u>	<u>(2.275)</u>
Internet	<u>(1.681)</u>	<u>(1.731)</u>
Provisão	<u>909</u>	<u>52</u>
Outros (a)	<u>(11.198)</u>	<u>35.796</u>
	<u><u>(101.426)</u></u>	<u><u>(45.868)</u></u>

- a) Em 06 de outubro de 2017 a Companhia recebeu da seguradora Zurich o valor de R\$42.494, referente a indenização pelo não cumprimento do contrato firmado pela Wind Power Energia S.A.

25. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Juros sobre aplicações financeiras	<u>36.958</u>	<u>27.780</u>
Juros e variações monetárias (a)	<u>96.913</u>	<u>73.923</u>
Outras receitas financeiras	<u>6.330</u>	<u>(3.476)</u>
Receitas financeiras	<u>140.201</u>	<u>98.227</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	<u>(2.287.275)</u>	<u>(2.269.469)</u>
(-) Capitalização de empréstimo (c)	<u>1.156.811</u>	<u>1.542.148</u>
Outras despesas financeiras	<u>(120.630)</u>	<u>(27.510)</u>
Despesas financeiras	<u>(1.251.094)</u>	<u>(754.831)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.110.893)</u>	<u>(656.604)</u>

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Resultado financeiro, líquido – continuação

- (a) Em 2018, foi reconhecido o valor de R\$ 19.911 referente as atualizações e variações monetárias do *swap* contratado junto ao banco ABC Brasil.
- (b) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos do financiamento (Nota 17) e instrumento financeiro derivativo (Nota 9);
- (c) A capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos segue o contexto econômico, alinhado à evolução gradual de ativação das turbinas, conforme CPC 20 (R1) e IAS 23, item 24, que versa sobre a cessação da capitalização destes custos quando a entidade completa a construção de um ativo qualificável em partes e cada parte pode ser utilizada durante a construção das demais. O valor dos juros capitalizados é líquido das receitas financeiras geradas pelas aplicações dos recursos dos financiamentos, sendo que entre 2016 e dezembro de 2018 não ocorreram liberações do financiamento. Desta forma, as receitas financeiras são decorrentes apenas de capital próprio, fato que impossibilita a dedução dos juros capitalizados.

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente e diferido é apurado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis, às alíquotas explicitadas na legislação vigente de 15%, adicionada de 10% sobre a base tributável que ultrapassar R\$ 240 anuais, já a contribuição social evidenciada no resultado da companhia é obtida com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.376.327	1.376.327	33.846	33.846
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
	344.082	123.869	8.462	3.046
Efeitos tributários permanentes	2.867	1.032	4.420	1.591
Impacto do lucro da exploração (nota 26.e)	(169.579)	-	-	-
Despesa de IRPJ/CSLL contabilizada	177.370	124.901	12.882	4.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	177.370	124.901	12.883	4.637
Total	302.271		17.520	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.665	1.665	-	-
Provisão para perdas	187.712	187.712	187.741	187.741
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.119	9.119	1.000	1.000
Provisões para energia elétrica	253.187	253.187	865.591	865.591
Diferenças temporárias	451.683	451.683	1.054.332	1.054.332
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	112.921	40.651	263.583	94.890
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	460.745	496.239	460.745	460.745
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRCS e CS s/ Prejuízo fiscal e Base negativa	115.186	44.662	115.186	41.467
Total	313.420		515.126	

Movimentação do ativo fiscal diferido:

Saldo ativo em 31/12/2016	219.570
Constituição do exercício	341.788
Realização do exercício	(46.232)
Saldo ativo em 31/12/2017	515.126
Constituição do exercício	3.184
Realização do exercício	(204.890)
Saldo ativo em 31/12/2018	313.420

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Dedutibilidade antecipada juros	(657.953)	(1.371.797)	(670.393)	(670.393)
Provisão energia elétrica	(369.684)	(369.684)	(250.422)	(250.422)
Diferenças temporárias passivas	(1.027.637)	(1.741.481)	(920.815)	(920.815)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(256.909)	(156.733)	(230.204)	(82.873)
Total	(413.642)		(313.076)	

A composição do imposto diferido ativo (passivo) líquido é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo fiscal diferido	313.420	515.125
Passivo fiscal diferido	(413.642)	(313.076)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo (passivo), líquido	(100.222)	202.049

d) Cronograma de realização do imposto diferido líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativos) resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de lucros tributáveis futuros, oriundos das operações de venda de energia que teve início em 2016. Tal probabilidade baseou-se em plano de negócios, elaborado pela Administração, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo iniciou-se em 2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2019	63.016	(132.025)	(69.009)
2020	30.716	(11.444)	19.272
2021	32.829	(11.599)	21.230
2022	56.728	(11.599)	45.129
2023	83.790	(11.599)	72.191
2024 - Posteriores	46.341	(235.378)	(189.035)
	313.420	(413.642)	(100.222)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

e) Incentivos Fiscais:

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelece que terão direito à redução do 75% do IRPJ e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração, as pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia prioritários para o desenvolvimento e estejam situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por meio dos laudos constitutivos no 153/2017 e no 154/2017, a SUDAM aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de geração de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.212, de 26 de abril de 2002, para os seguintes empreendimentos:

UHE Belo Monte: Laudo Constitutivo n.o 153/2017 - Fruição do Incentivo: 2018 a 2027;

UHE Pimental: Laudo Constitutivo n.o 154/2017 – Fruição do Incentivo: 2017 a 2026.

Os pedidos de reconhecimento dos incentivos correspondentes aos Laudos Constitutivos mencionados foram protocolizados na Receita Federal do Brasil (RFB) em 20/02/2018.

Em 12/09/2018, através do Despacho Decisório 0739/2018 - Diort/DRF-Brasília/DF, a Receita formalizou o deferimento do pedido de reconhecimento do incentivo de redução de imposto de renda correspondente ao Laudo Constitutivo da UHE Pimental.

No entanto, no tocante a UHE Belo Monte, em 20/06/2018, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução, para o período de fruição do incentivo.

Neste contexto, a Companhia iniciou, a partir do ano-calendário 2018, o aproveitamento do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, vigente pelo período de 10 anos, conforme indicado em laudo constitutivo, aproveitando a título de benefício fiscal, para este mesmo ano-calendário o total de R\$ 169.579.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

A Companhia efetuou o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$1.664 considerando o coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do período de 2016 a dezembro de 2018. Não houve indicativos de que a Companhia devesse registrar perdas esperadas futuras (Nota 6).

(ii) Risco de mercado

As receitas da Companhia, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

a) Riscos - continuação

(ii) Risco de mercado - continuação

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura são pactuados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Há ainda a exposição à variação cambial, a qual a Companhia mantém em contrato de empréstimo de capital de giro junto ao banco ABC Brasil. Esse contrato possui um *swap* associado para proteção do risco cambial. Além disso, a representatividade desse instrumento é de baixa relevância e representa menos de 1% do endividamento da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos são os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia, com vencimento superior a 90 dias, são de elevada liquidez e negociados diariamente no mercado.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$2.762.388 e ainda despenderá quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

a) Riscos - continuação

(iv) Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é proveniente da produção por usina hidrelétrica, a qual depende de reservatório. Caso haja períodos prolongados de escassez de chuva resultando em redução do volume de água do reservatório da usina, a Companhia incorrerá em custos maiores para aquisição de energia de outras fontes, como a térmica, por exemplo. Além disso, pode haver redução de receita.

Com vistas a mitigar esse risco a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015, por meio do produto de repactuação SPR 100 que protege os 70% de sua energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada. O risco hidrológico, constituído pela insuficiência de geração do MRE, passou a ser transferido aos consumidores a partir de janeiro de 2018 até o final do período de concessão, no montante de 10% do preço da energia nos contratos regulados. O risco possui como contrapartida o pagamento de prêmio, consubstanciado em uma fórmula que leva em consideração o montante da energia repactuada, o produto de repactuação que confere proteção ao risco hidrológico é da classe SPR. A Norte Energia transfere ao consumidor a energia secundária e o risco de redução da garantia física. A Companhia não suportará risco de insuficiência de geração.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

c) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação e *IFRS 7*, são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	-	85.993	-	85.993
Aplicações Financeiras	-	6.189	-	6.189
Instrumentos derivativos	-	-	19.911	19.911
	-	92.182	19.911	112.093

	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.662	-	6.662
Aplicações Financeiras	-	5.119	-	5.119
	-	11.781	-	11.781

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

d) Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	-	85.993	85.993
Aplicações financeiras	-	6.189	6.189
Instrumentos derivativos	-	19.911	19.911
Contas a receber	570.959	-	570.959

Passivos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2018
Fornecedores	491.815	-	491.815
Empréstimos e financiamentos	27.950.218	-	27.950.218
Partes relacionadas	13.712	-	13.712

Ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.662	6.662
Aplicações financeiras	-	5.119	5.119
Contas a receber	385.934	-	385.934

Passivos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2017
Fornecedores	1.191.528	-	1.191.528
Empréstimos e financiamentos	27.254.570	-	27.254.570
Partes relacionadas	12.921	-	12.921

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O endividamento total da Companhia está subdividido em três linhas de crédito junto ao BNDES: BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI e uma linha junto ao banco ABC Brasil.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Longo Prazo (“TLP”). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano. E a linha do banco ABC Brasil está indexada a variação do dólar e a taxa de 3,77% a.a.

(valores em milhões de reais)

	<u>31/12/2018</u>	%	<u>31/12/2017</u>	%
BNDES Direto	12.057	43,2%	11.738	43,0%
BNDES Indireto	11.572	41,4%	11.249	41,3%
BNDES PSI	4.201	15,0%	4.267	15,7%
ABC K-Giro	120	0,4%	—	—
	<u>27.950</u>		<u>27.254</u>	

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Instrução Normativa nº 475/08 da CVM exige a apresentação de dois cenários adicionais aos requeridos pelos CPC mencionados, tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TLP). Com base nos valores da TLP vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deteriorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco	Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Financiamento - BNDES (pós-fixado)		23.807.951	24.202.851	24.595.710
Taxa sujeita à variação	TLP + Spread (a)	6,98% + 2,46%	8,73% + 2,46%	10,47% + 2,46%
Despesa Financeira Projetada		2.147.511	2.560.526	2.968.875
Variação - R\$		-	413.015	821.364

	Risco	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Financiamento - BNDES (pré-fixado)		4.123.509	4.123.509	4.123.509
Taxa sujeita à variação	Pré	5,5%	5,5%	5,5%
Despesa Financeira Projetada		222.995	222.995	222.995
Variação - R\$		-	-	-

	Risco	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Financiamento - BNDES (Integral)	TLP + Spread(a) + Pré	27.931.460	28.361.681	28.787.579
Despesa Financeira Projetada		2.370.506	2.783.521	3.191.870
Variação - R\$		-	413.015	821.364

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

A Companhia também tem um passivo financeiro em moeda estrangeira com taxa pré-fixada de 3,77% mais variação cambial. Com intuito de mitigar a variação cambial, a Companhia fez um contrato de SWAP, passivo em 10,30% e ativo em variação cambial mais 5,18%, o qual foi liquidado em janeiro de 2019.

Risco		Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Financiamento – ABC Brasil		120.363	150.454	180.545
Taxa sujeita à variação	Taxa pré + USD	3,77% + 3,87	3,77% + 4,84	3,77% + 5,81
Despesa Financeira Projetada		120.363	150.454	180.545
Variação - R\$		-	30.091	60.182

Proteção		Cenário I Provável	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
SWAP – ABC Brasil		(19.911)	10.203	40.317
Taxa	Passivo 10,30%; Ativo: Dólar + 5,18%			
(Receita) / Despesa Financeira Projetada		(19.911)	10.203	40.317
Variação - R\$		-	30.114	60.229

Saldo Líquido		Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Despesa Financeira Projetada		100.452	160.657	220.862
Variação - R\$		-	60.205	120.410

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2018, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deteriorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Risco		Cenário I Provável	Cenário II	Cenário II
Aplicações		92.041	92.041	92.041
Taxa sujeita à variação	CDI	6,40%	4,80 %	3,20%
Receita Financeira Projetada		5.891	4.418	2.945
Variação - R\$		-	(1.473)	(2.946)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- (a) Risco de engenharia;
- (b) Atraso de partida - DSU;
- (c) Riscos operacionais;
- (d) Lucros cessantes - BI; e
- (e) Responsabilidade civil.

Composição:

Seguradora	Risco	R\$ Cobertura	Prêmio	Amortização mensal	Vigência
J. Malucelli (Junto)	Engenharia (concessão)	1.307.445	33.425	360	08/10 a 04/19
Mapfre	Engenharia	19.967.728	223.506	1.961	08/11 a 01/21
ACE	Resp. Civil	90.000	2.826	30	03/11 a 01/19
Mapfre	Resp. Civil (Empregador)	10.000	3.495	37	03/11 a 01/19
AIG Seguros	Resp. Civil	100.000	1.151	96	02/18 a 02/19
Fairfax	Resp. Civil	1.000	88	22	02/18 a 02/19

Em setembro de 2011, a Mapfre Vera Cruz Seguradora, líder do Painel de Seguro, emitiu um Certificado de Seguro de Risco de Engenharia informando que se encontra coberto o risco e que foi emitida a apólice de risco de engenharia, com vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021. Da mesma forma e no mesmo mês, a ACE Seguradora S.A. emitiu outro Certificado de Seguro atestando a aceitação do seguro que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segurada de R\$90.000 em excesso a R\$10.000 para cada e toda ocorrência, com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras estão entre as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem *rating* mínimo de A, tendo como líder do Painel de Resseguro a *Munich Re*, líder mundial e no Brasil no ramo de Riscos de Engenharia.

O valor total em risco para fins da cobertura de seguros é de aproximadamente R\$21.000.000 com limite máximo de indenização por evento de R\$2.000.000. A cobertura do seguro de risco de engenharia contratada engloba: erro de projeto, manutenção ampla (24 meses), afretamento de aeronaves, desentulho, tumulto, greves, honorários de peritos e despesas de salvamento e contenção. Os segurados desse seguro são a Norte Energia S.A. e respectivos subcontratados que operam no sítio da obra.

A prorrogação da cobertura do risco de “engenharia” e “responsabilidade civil” está sendo negociada com as seguradoras no tocante a extensão da cobertura e do valor em risco até dezembro de 2019, não sendo possível estimar o valor do provável prêmio adicional que eventualmente possa ser pago, o que acontecerá após a finalização da negociação entre as partes.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos

Compromissos firmados:

Os valores abaixo referem-se aos principais contratos da Companhia ligados diretamente à construção da Usina e estão demonstrados por valores originais contratados, atualizações e reajustes (posição em 31 de dezembro de 2018).

	Valor do contrato	Valores incorridos	Saldo dos contratos
Construção (CCBM e outros) (a)	20.266.265	19.754.922	511.343
Fornecimento (Consórcio ELM e outros) (b)	6.647.426	6.485.524	161.902
Montagem (CMBM e outros) (c)	2.006.588	1.711.215	295.373
Serviços de operação e Manutenção (d)	2.843.401	244.585	2.598.816
Seguros Mapfre e J. Malucelli	266.231	238.772	27.459
	32.029.911	28.435.018	3.594.893

- a) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha contratos de construção e fornecimento de cimento e aço no valor reajustado de R\$20.266.265 sendo R\$19.639.048 com o Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM, responsável pela construção da Usina. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base maio de 2010.

Em 01 de agosto de 2014 foi assinado, entre a Companhia e o CCBM, o 2º termo aditivo no valor atualizado de R\$747.037 (P0) + R\$130.000 (P0) referente a serviço de apoio a CONTRATANTE. O contrato consolidou em empreitada global as obras civis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o 3º termo aditivo com o CCBM, no valor atualizado R\$ 192.000 (P0) em função de novos escopos de serviço de engenharia.

Em 01 de novembro de 2016, foi assinado o 4º termo aditivo com o CCBM, no valor atualizado R\$74.711 (P0) em função da extinção dos benefícios do REIDI.

- b) Em junho de 2010, foi assinado o contrato com o Consórcio ELM para o fornecimento de equipamentos eletromecânicos para a UHE Belo Monte e UHE Pimental no valor total básico de R\$ 4.380.249 (P0), durante o período houve assinatura de aditivo contratual com o referido consórcio em substituição ao consórcio IMPSA, já incluso no valor total.
- c) Em fevereiro de 2014 a Companhia detinha contratos de montagem no valor base de R\$ 1.260.603 (P0) sendo R\$ 1.038.843 (P0) com o Consórcio Montador de Belo Monte – CMBM, responsável pela montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da UHE Belo Monte.

Em 28 de maio de 2015 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo do Contrato promovendo a substituição do Anexo 3 (Cronograma de Eventos Físico e Financeiro), do Anexo 16 (Relação de Terceiros Contratados) e a regularização dos Termos de Reconhecimento e Confissão de Dívida.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos – continuação

Em 04 de abril de 2016 foi assinado o Segundo Termo Aditivo do Contrato alterando o valor do Contrato em função da extinção do benefício fiscal do REIDI, suspensão do PIS/COFINS, passando seu valor de R\$ 1.038.843 para R\$ 1.106.739 – base abril/2013.

A Companhia ajuizou ação com o intuito de obter provimento judicial para delimitação da sua responsabilidade em relação ao CMBM, por prejuízos financeiros supostamente verificados na execução do contrato de prestação de serviços, firmado em 13 de fevereiro de 2014.

Em razão da complexidade do empreendimento da UHE Belo Monte, ocorreram dificuldades de interação entre a interface das obras civis, dos equipamentos e da montagem, cada uma de responsabilidade de consórcios distintos. Alegando ter sido afetado diretamente por tais dificuldades, em 16 de setembro de 2015, o CMBM, apresentou reivindicação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 18 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a título de cumprimento de liminar referente a apelação contra sentença que extinguiu a ação declaratória, com pedido de tutela provisória, sem resolução de mérito.

Em 15 de agosto de 2017 foi assinada a Escritura Pública de Acordo relativa ao débito para com o CMBM no valor de R\$ 54.855, definindo os prazos para sua liquidação em 2 parcelas de R\$ 27.427, sendo uma para 21/08/2017 e outra para 21/09/2017.

Em 31 de julho de 2017 foi assinado o Memorando de Entendimentos (MDE) visando a rescisão amigável do contrato contendo os procedimentos para substituição progressiva por outro contratado. Algumas controvérsias, porém, foram ressalvadas como passíveis de serem discutidas no âmbito de Arbitragem, nos termos da Cláusula 5ª do MDE.

Em 23 de maio de 2017 foi requerido pelo CMBM a instituição de Procedimento Arbitral no Tribunal Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), onde é solicitado o pagamento de R\$458,9 milhões por desequilíbrio econômico financeiro do contrato e outros pleitos deduzidos no requerimento. A Norte Energia, em resposta ao requerimento de arbitragem, apresentou em 06 de setembro de 2017 a sua resposta com pedido contraposto (Reconversão) no valor de R\$ 500,0 milhões. Em 04 de outubro de 2017, o CMBM reduziu em R\$ 77,9 milhões o valor de sua pretensão em virtude da celebração de acordo com relação ao 1º Período (até julho/2015) por meio de Memorando de Entendimentos celebrado pelas partes, reduzindo para R\$ 380,9 milhões a sua pretensão. Cada parte apresentou as suas alegações iniciais em 02 de abril de 2018, ocasião em que o CMBM elevou para R\$ 618,3 milhões o valor dos seus pedidos. As partes apresentaram as suas respostas em 30 de maio de 2018. As partes apresentaram as suas Réplicas em 02 de junho de 2018. Em 06 de agosto de 2018 as partes especificaram as provas que pretendem produzir com os respectivos prazos para cada prova (laudos, pareceres e relatórios) e apresentaram o Rol das testemunhas que desejam ouvir em audiência. O Tribunal Arbitral se manifestará sobre as provas e fixará os prazos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos – continuação

Em 01 de outubro de 2018, o CMBM apresentou novos pedidos com valor adicional de cerca de R\$ 21,8 milhões decorrente de divergência no preço de venda dos equipamentos do montador e seus reflexos dentre outros, elevando o valor de seus pleitos para R\$ 640,2 milhões. Em 18 de janeiro de 2018 foi assinado o contrato com o Consórcio COMGEV para complementação da montagem eletromecânica da UHE Belo Monte, em substituição do Consórcio CMBM, no valor base de R\$ 680.000.

- d) Em 29 de outubro de 2015, foi assinado o contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE") para prestação do serviço de operação e manutenção da usina no valor base de R\$ 1.880.863 (P0).

Venda de energia contratada:

Os valores abaixo referem-se aos contratos de venda de energia (70% no mercado regulado e 10% para os autoprodutores) da Companhia na data base das contratações.

	Quantidade MWh	Valor
2018	31.894	4.807.572
2019	32.034	5.021.902
2020	32.121	5.237.062
2021	32.034	5.418.478
a partir de 2022	736.916	129.321.400
	864.999	149.806.414

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

a) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A - UHE Belo Monte. Essa investigação ainda está em curso por parte do Ministério Público Federal.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – continuação

Como resposta às alegações de possíveis atividades ilegais que apareceram nos meios de comunicação em 2015 relativas a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act" (FCPA), a Lei Anticorrupção brasileira e código de ética da Eletrobras incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

Essa investigação independente estava sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. A comissão foi composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, juíza aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

b) Resumo das conclusões da Investigação Independente

O relatório final da Investigação Independente considerou o conteúdo de delações premiadas e concluiu que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém sobrepreço estimado em 1%, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas, consideradas de natureza ilícita, com impacto nas demonstrações financeiras da Norte Energia.

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as demonstrações financeiras, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "impactos sobre as demonstrações financeiras".

c) Impactos sobre as demonstrações financeiras

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Norte Energia, a Administração levou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, conforme manifestação e encaminhamento para Conselho Fiscal e AGE e autorização para conclusão das demonstrações financeiras de 2015.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e/ ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos, partindo da premissa que não são custos atribuíveis aos ativos da Companhia.

Dessa forma, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 do custo do empreendimento, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – continuação

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a Operação Buona Fortuna, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Companhia entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

* * *